

JOSYANE MANSANO

TUTELA DE EVIDÊNCIA

ANÁLISE BASEADA EM PRECEDENTES

Prefácio

Elias Marques de Medeiros Neto

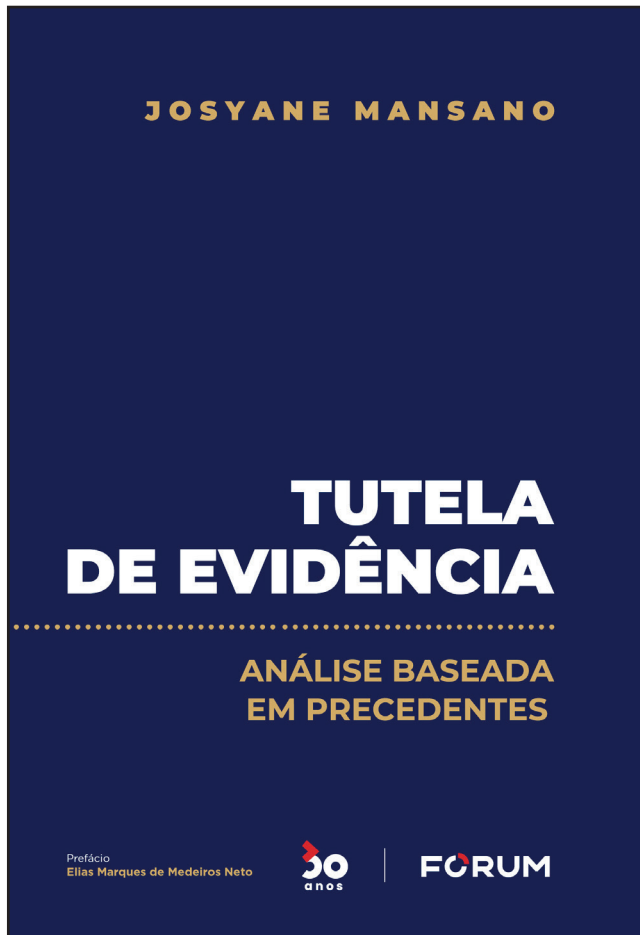
Área específica da obra

Direito Processual Civil

Áreas afins do livro

Tutela provisória, Precedentes, Recursos nos Tribunais Superiores, Reclamação constitucional

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003367



A tutela da evidência está disciplinada no art. 311, do CPC de 2015, e, em um rol taxativo, elenca, entre outras hipóteses, em seu inciso II, que será deferida quando o direito pleiteado estiver amparado e provado por tese firmada em julgado de casos repetitivos ou súmula vinculante. Tomando-se como referência os sistemas de precedentes no ordenamento jurídico brasileiro, entende-se que o art. 311, II, deve ser interpretado de forma extensiva, leitura que esta obra se propõe, a ponto de ser suficiente para o deferimento da pretensão do autor que os juízes e tribunais respeitem, de forma extensiva a totalidade de precedentes, conforme elencam os artigos 332 e 927 do CPC de 2015. Ou seja: as decisões e os precedentes do STF em controle concentrado de constitucionalidade, os enunciados de súmula vinculante, os acórdãos e os precedentes em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos, aos enunciados das súmulas do STF, em matéria constitucional, e do STJ, em matéria infraconstitucional.

| | |
|-----------|--|
| M286t | Mansano, Josyane |
| | Tutela de evidência: análise baseada em precedentes / Josyane Mansano. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 270 p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-425-9 |
| | 1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 3. Tutela provisória. 4. Precedentes. 5. Recursos nos Tribunais Superiores. 6. Reclamação constitucional. I. Título. |
| 2022-1764 | CDD 341.46 CDU 347.9 |

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MANSANO, Josyane. *Tutela de evidência: análise baseada em precedentes*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 270 p. ISBN 978-65-5518-425-9.

Josyane Mansano

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de Marília-UNIMAR. Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil e em Tecnologias Avançadas para o Ensino Superior pelo Centro Universitário Cidade Verde. Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil pelo Instituto Paranaense de Ensino. Coordenadora dos cursos de Pós-Graduação em Direito, docente na graduação e Pós-Graduação, no Centro Universitário Cidade Verde. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Paraná.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

| | |
|-------------------------------------|----|
| Elias Marques de Medeiros Neto..... | 11 |
|-------------------------------------|----|

| | |
|-----------------|----|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
|-----------------|----|

CAPÍTULO 1

| | |
|--|----|
| AS GARANTIAS DE ACESSO À JUSTIÇA E O ESTUDO DA COGNIÇÃO..... | 17 |
|--|----|

| | | |
|---------|--|----|
| 1.1 | Garantias constitucionais do processo..... | 17 |
| 1.2 | Devido processo legal..... | 23 |
| 1.2.1 | Inafastabilidade do judiciário..... | 25 |
| 1.2.2 | Do contraditório e da ampla defesa..... | 30 |
| 1.3 | Princípio da motivação das decisões por parte dos juízes..... | 34 |
| 1.3.1 | Princípio do juiz natural..... | 37 |
| 1.3.2 | Princípio da imparcialidade do juiz..... | 38 |
| 1.4 | Estudo da cognição do processo brasileiro..... | 42 |
| 1.4.1 | A cognição plena..... | 46 |
| 1.4.2 | Elementos da cognição plena e exauriente..... | 50 |
| 1.4.3 | Tipologia da cognição sumária..... | 52 |
| 1.4.3.1 | Atividade lógica decorrente da cognição sumária..... | 56 |
| 1.4.3.2 | A cognição sumária no Código de Processo Civil de 2015..... | 59 |
| 1.4.4 | O abuso do direito de defesa pelo réu: característica de um processo de cognição plena..... | 63 |
| 1.5 | Os efeitos concretos e a tendência a uma conduta mais adequada..... | 66 |
| 1.6 | Compatibilização da medida antecipatória na cognição sumária responsável pelo devido processo legal..... | 69 |
| 1.7 | Breves apontamentos sobre o direito comparado..... | 73 |

CAPÍTULO 2

| | |
|----------------------------------|----|
| TUTELA PROVISÓRIA NO BRASIL..... | 79 |
|----------------------------------|----|

| | | |
|---------|--|-----|
| 2.1 | As medidas provisionais do CPC/73 e o empréstimo do rito cautelar..... | 79 |
| 2.1.1 | Alterações da Lei 8.952/1994..... | 81 |
| 2.1.2 | Tutela de urgência satisfativa e tutela de urgência cautelar..... | 82 |
| 2.1.3 | Transição do CPC de 1973 para o CPC de 2015..... | 100 |
| 2.1.4 | O microsistema das tutelas provisórias no CPC de 2015: estudo da tutela de urgência..... | 100 |
| 2.2 | Formas de requerimento da tutela de urgência..... | 102 |
| 2.2.1 | Incidental – requerimento incidental e em procedimento antecedente..... | 102 |
| 2.2.2 | Antecipada – requerida em caráter antecedente..... | 103 |
| 2.2.2.1 | A estabilização da tutela antecipada..... | 107 |
| 2.3 | Estudo da tutela sem urgência: os denominados direitos evidentes..... | 114 |
| 2.3.1 | Contribuição do sistema italiano de antecipação da tutela sem urgência para o CPC de 2015..... | 115 |
| 2.3.2 | Contribuição do sistema francês de antecipação da tutela sem urgência para o CPC de 2015..... | 117 |
| 2.3.3 | O <i>référé</i> | 118 |
| 2.4 | A tutela de evidência e seu enquadramento no art. 311, do CPC de 2015..... | 121 |
| 2.5 | O tratamento do art. 332 como pressuposto para uma releitura do art. 311, inciso II, do CPC de 2015..... | 128 |
| 2.5.1 | Abuso do direito de defesa ou propósito protelatório do réu..... | 132 |

CAPÍTULO 3

| | |
|--|-----|
| A DINÂMICA DO ART. 927 E A IMPORTÂNCIA DOS PRECEDENTES PARA O CPC DE 2015..... | 133 |
|--|-----|

| | | |
|---------|---|-----|
| 3.1 | A unidade do direito por meio da verticalização das decisões..... | 133 |
| 3.1.1 | A doutrina dos precedentes no <i>common law</i> | 134 |
| 3.1.2 | A aproximação entre o sistema romano-germânico e o <i>common law</i> | 139 |
| 3.2 | Estudo dos precedentes na vigência do CPC de 1973..... | 140 |
| 3.3 | O precedente no Código de Processo Civil de 2015: do anteprojeto à Lei 13.105/2015..... | 141 |
| 3.3.1 | Estudo dos precedentes e leitura do art. 927, do CPC de 2015..... | 146 |
| 3.3.1.1 | <i>Ratio decidendi</i> | 146 |
| 3.3.1.2 | <i>Obiter dictum</i> ou <i>dictum</i> | 151 |
| 3.3.1.3 | <i>Distinguishing</i> | 153 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 3.4 | Limites..... | 156 |
| 3.4.1 | <i>Express overruling</i> e <i>implied overruling</i> | 156 |
| 3.4.2 | <i>Retrospective overruling</i> e <i>prospective overruling</i> | 157 |
| 3.4.3 | <i>Anticipatory overruling</i> , julgamento-alerta e <i>signaling</i> | 160 |
| 3.5 | Precedentes vinculantes e persuasivos | 161 |
| 3.5.1 | Controle concentrado do efeito vinculante | 164 |
| 3.5.2 | Eficácia transcendente dos motivos determinantes: como fica?..... | 168 |
| 3.5.3 | Precedentes judiciais impeditivos ou obstativos e permissivos no NCPC..... | 171 |
| 3.6 | Precedentes judiciais reiterados que conduzem à súmula vinculante | 172 |
| 3.7 | Precedentes judiciais em incidente de resolução de demanda repetitiva..... | 177 |
| 3.8 | Incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e julgamento de recursos extraordinários e especiais repetitivos | 178 |
| 3.9 | Precedentes judiciais em controle concentrado de constitucionalidade | 182 |
| 3.10 | Precedentes judiciais em assunção de competência..... | 187 |
| 3.11 | Precedentes judiciais que fixam a tese jurídica para os recursos extraordinários ou especiais repetitivos..... | 188 |
| 3.12 | Outros precedentes judiciais do STF, do STJ e do Tribunal de Justiça..... | 190 |
| 3.13 | Precedentes judiciais em incidente de uniformização de jurisprudência da lei dos juizados especiais federais | 190 |
| 3.14 | Superação de entendimento firmado pelos tribunais..... | 191 |
| 3.15 | Precedentes à brasileira | 193 |
| 3.16 | Prevenção contra uma explosão de reclamações..... | 202 |

CAPÍTULO 4

| | | |
|---|---|-----|
| PRECEDENTES: UMA PROPOSTA À PADRONIZAÇÃO DECISÓRIA E NÃO RESTRITIVA DO ART. 311, INCISO II, DO CPC..... | | 207 |
| 4.1 | As hipóteses não taxativas a serem interpretadas no art. 311, inciso II, do CPC..... | 207 |
| 4.2 | Extensão da modulação à superação de entendimento firmado pelos tribunais | 211 |
| 4.3 | Evidência de que o art. 927 deve ser uniformizado com o inciso II, do art. 311, ambos do CPC de 2015 | 222 |
| 4.4 | Livre convencimento motivado, amparado pelo art. 332 com base na totalidade dos precedentes do art. 927, ambos do CPC de 2015 | 235 |
| 4.5 | Inexistência do dever de análise pormenorizada para a concessão da tutela de evidência com base na totalidade de precedentes | 240 |
| CONCLUSÃO..... | | 251 |
| REFERÊNCIAS..... | | 255 |